



**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL VARA DA  
INFÂNCIA E JUVENTUDE ANANINDEUA**

<b>COMARCA</b>	<b>BENEVIDES</b>
<b>UNIDADE INSPECIONADA</b>	<b>3ª Vara Cível de Benevides</b>
<b>COMPETÊNCIA DA UNIDADE</b>	Infância e Juventude, Interdição, Orfãos e Ausentes
<b>DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL</b>	30/11/2023 – Edital 013/2023-CGJ
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE</b>	Carolina Amaral Vilhena Barbosa
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ</b>	Elliana Conceição Vasques da Silva Pereira Técnica da CGJ- Met.2497-0

**Figura1- Faixada do Prédio do Fórum**

**Foto 1 – Room de Entrada**



**1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):**

**1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:**

Dra. Danielly Modesto de Lima Abreu, desde 07 de janeiro de 2020

**1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- a) Férias:  
b) Folgas compensatórias: **20 e 21/11/2023**.  
c) Licenças:

**1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?**

O último plantão em que houve atuação do magistrado ocorreu no período de **27 a 29/10/2023**.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

Durante a inspeção, a equipe de servidores da unidade foi **orientada a fazer a verificação no perfil de plantão judicial da comarca de Benevides quanto a existência de autos arquivados por ordem do magistrado**, bem como quanto a encaminhar os autos à Vara de originária (para qual o processo foi inicialmente distribuído no PJe) após o plantão, não sendo permitido redistribuir, arquivar ou remeter ao segundo grau em sede de plantão judicial;

A Unidade foi orientada a **expedir os mandados de prisão diretamente no BNMP**, tendo em vista o plantão ser híbrido (**cível e criminal**), devendo a equipe responsável providenciar a migração das peças ao Juízo competente ao final do plantão (**modificação da competência - página 16 do Manual do BNMP**).

**1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

Não foram identificadas pendências.

**1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?**

A unidade informou que a última reunião ocorreu em **18/08/2023**.

**1.6. Qual o total do valor em subcontas de depósitos judiciais sem movimentação há mais de três anos? Caso haja saldo repassado para o Estado, qual procedimento adotado para retorno às subcontas da unidade judicial?**

Não há.

**1.7. Está sendo realizado procedimento para transferência dos valores paralisados há mais de três anos ao Fundo de Reparamento Judiciário (FRJ), em acordo à Lei Estadual 6750/2005?**

**Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:**

- Durante a inspeção, a CGJ reforçou a unidade em como fazer transferência dos valores paralisados há mais de três anos para o Fundo de Reparamento Judiciário, bem como de solicitar o recurso por ventura repassado para o Estado do Pará e refletiu sobre a importância de movimentar o recurso para o fundo do TJPA, principalmente em reconduzir os recursos enviados ao Estado de contas de terceiros.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**RECOMENDA-SE**

Que seja cumprido o procedimento contido na Nota Técnica, constante na página inicial do Sistema de Depósitos Judiciais-SDJ referente aos valores a serem repassados para o FRJ.

**2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:**

**2.1. Quadro de pessoal:**

**2.1.1 Secretaria**

Vínculo do(a) servidor(a)	Informação	Inspeção
Efetivos (as)	04	04
Exclusivamente comissionados(as)	00	00
Cedidos(as)/Requisitados(as)	01	01
Estagiário	01	01
Terceirizados/as	00	00

Opções de pesquisa:

Nome  Local de trabalho  Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides

SubÁrea Comarcas do Interior  
Lotação 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides  
Gestor(a) [Carolina Amaral Vilhena Barbosa](#)  
Localização FORUM DES. EDGAR AUGUSTO VIANNA  
Telefones (91) 3724-7700  
E-mail Institucional

Juiz Titular [Danielly Modesto de Lima Abreu](#)

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
<a href="#">Adriana Cristina Pamplona da Silva</a>	Estagiário	Estagiário	Normal
<a href="#">Ana Francisca Soares Viana</a>	MUNICIPAL	Requisitado	Normal
<a href="#">Andrea Campos Mattos</a>	Efetivo	Analista Judiciário	Afastamento: Licença para tratar de interesse particular: 30/09/2023 - 04/02/2024 - Dia(s): 128.
<a href="#">Carolina Amaral Vilhena Barbosa</a>	Efetivo	Auxiliar Judiciário	Normal
<a href="#">Danielly Modesto de Lima Abreu</a>	Magistrados		Normal
<a href="#">Gilberto dos Santos Pereira</a>	Efetivo	Auxiliar Judiciário	Normal
<a href="#">Lorenza de Fatima Pampolha Lima</a>	Efetivo	Auxiliar Judiciário	Normal

**2.1.2. Gabinete:**

Vínculo do(a) servidor(a)	Informação	Inspeção
Efetivos(as)	00	00
Exclusivamente comissionados(as)	01	01
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00	00
Estagiários(as)	01	01
Terceirizados(as)	00	00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Opções de pesquisa:  Nome  Local de trabalho  Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa: Benevides

Gabinete da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides

SubÁrea: Comarcas do Interior  
Lotação: Gabinete da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides  
Localização: FORUM DES. EDGAR AUGUSTO VIANNA  
Telefones: (91) 3724-7700  
E-mail Institucional:

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Luiza Botelho Lobo	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal

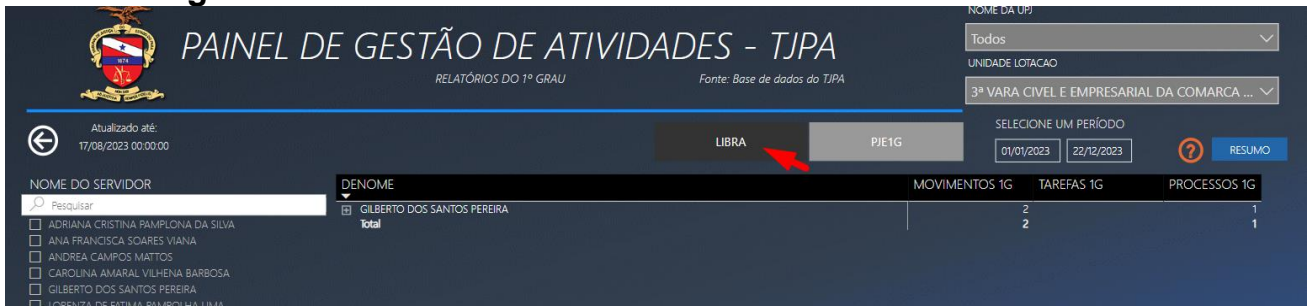
**2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)**

Não há.

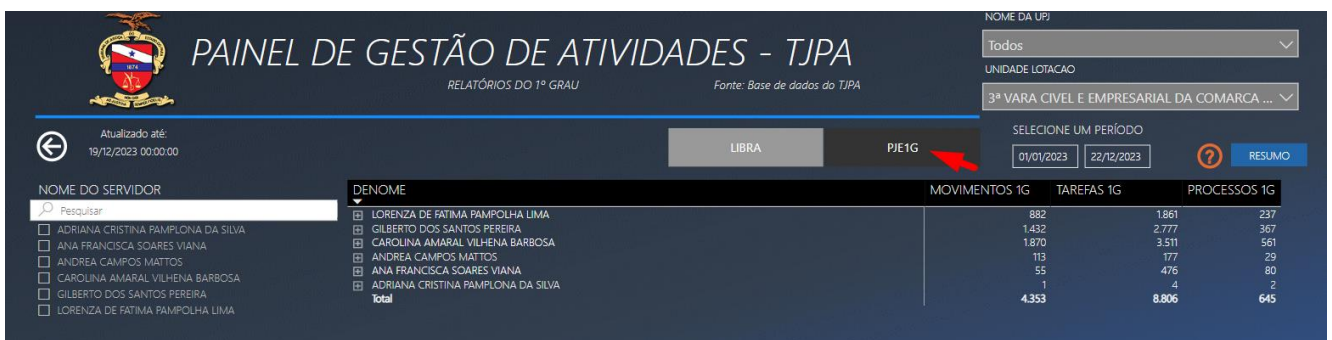
**2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)**

O controle de produtividade dos servidores em regime de trabalho presencial é feito por meio do Painel de Gestão Judiciária.

**Figura3 – Produtividade dos Servidores da Secretaria-LIBRA**



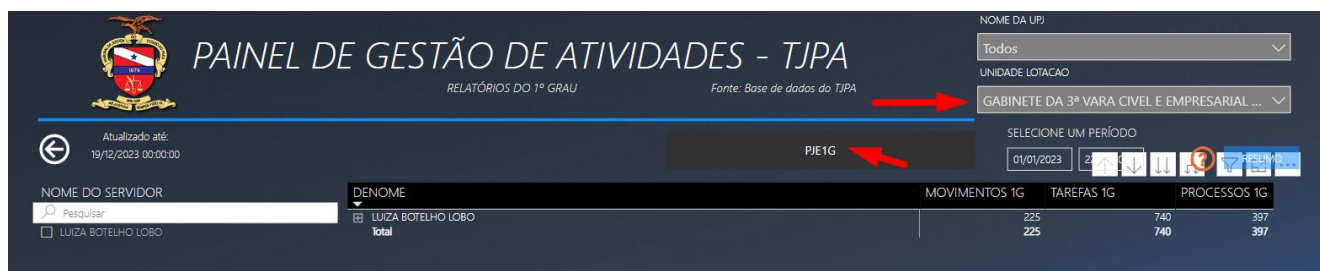
**Figura4 – Produtividade dos Servidores da Secretaria- PJE**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Figura5 – Produtividade dos Servidora do Gabinete



❖ **Observação, Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

Há divisão de tarefas estabelecida entre os servidores do gabinete e da secretaria dentre as tarefas do Pje, SNA, audiências e demais atribuições, porém não está documentada.

**RECOMENDA-SE**

- **Aos gestores que estabeleçam metas a serem alcançadas pelos servidores em**

**regime presencial, com base no plano de ação da unidade**, visando que cada servidor tenha clareza das atividades que irá realizar e garantir a celeridade do processo eletrônico;

- **Realizem o monitoramento da produtividade dos servidores através do Painel de Gestão de Atividades e do Plano de Ação**, fazendo a checagem quanto ao cumprimento das metas e tarefas no PJE por cada servidor, a fim de garantir efetiva execução do plano.

**2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?**

Não foi apresentado plano de ação para 2023, foi elaborado um plano em meados do exercício de 2023 o qual será implementado no exercício de 2024.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria sobre o Plano de trabalho:**

**RECOMENDA-SE**

- A unidade foi orientada a elaborar o Plano de Ação para 2024, que deverá ser apresentado na correição ordinária do próximo exercício, até 15 de fevereiro de 2024;
- Deverá constar coluna específica para o monitoramento e avaliação periódica do plano, visando sua readequação, caso necessário, bem espaço para anotação das intercorrências havidas no período (ex. férias do magistrado, servidores, licenças etc).
- Foi esclarecido que a unidade pode buscar apoio do Departamento de Gestão e Estatística – DPGE para elaboração do Plano;
- No plano deve, sempre que possível, prevalecer a individualização de tarefas entre a equipe, incluindo o magistrado, atentando para o aproveitamento da melhor habilidade de cada servidor.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- O Plano deve considerar o cumprimento das principais metas (Metas 1; Meta2 e diminuição de percentuais (0%) do prazo de paralisação dos processos); • A descrição do plano deve, entre outros objetivos configurar orientação de gestão no desenvolvimento dos trabalhos, afim de promover agilidade de análise dos processos.

**2.5. Quais cursos ofertados Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. Esse item está sendo observado pelos gestores no momento da avaliação periódica dos servidores?**

- Andréa Campos Mattos: não realizou cursos no referido período
- Carolina Amaral Vilhena Barbosa: Curso Introdutório em Justiça da Infância e Juventude - Turma 01 (02/06 a 04/07/2022); SNA e suas funcionalidades (05/09 a 10/10/2023); I Encontro Estadual de Adoção Internacional do Estado do Pará (10/10/2023); Webinário Adoção Internacional no Brasil (01/06/2023); Rodas de Diálogo da 4ª Edição do Projeto Rede em Ação (14 a 28/09/2022).
- Gilberto dos Santos Pereira: Gestão Judiciária – Turma 2 (07 a 18/08/2023)
- Lorenza de Fátima Pampolha Lima: Gestão Judiciária – Turma 2 (07 a 18/08/2023); SNA e suas funcionalidades (05/09 a 10/10/2023).

Esse item está sendo observado durante a avaliação dos servidores.

**3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:**

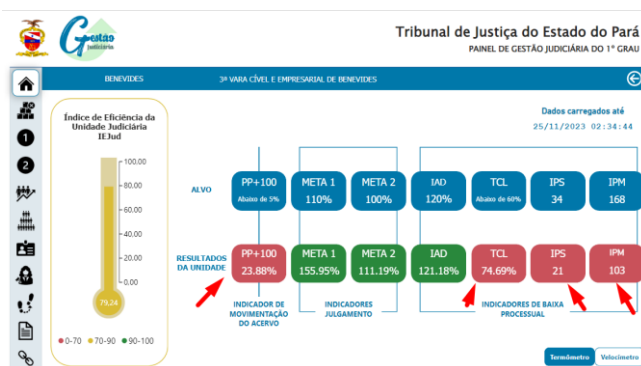
**3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?**

Não há pleitos administrativos em andamento.

**4. DADOS ESTATÍSTICOS:**

Conforme print do Painel de Gestão Judiciária, na data de inspeção, a **3ª Vara Cível de Benevides** apresentava os seguintes índices de eficiência judiciária – IEJUD:

**Figura6 – Dados Estatístico IEJUD**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

\*Data de coleta de dados pela Unidade: 26/09/2023

Dados processuais	Dados	Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	337	339
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados Provisoriamente	03	02
Total do acervo com prioridade	226	225
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em <b>Secretaria</b> (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	27	20
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	118	129
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	53	54
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	36	49

Figura7 – Acervo Ativo

Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS + 100	CONCLUSOS	CONCLUSOS + 100
ACERVO COM PRIORIDADE	336	80	117	53

CLASSE	EM ANDAMENTO	ARQUIVADO	Total
Interdição	72	48	120
Processo de Apuração de Ato Infracional	18	5	24
Guarda	23	0	23
Execução de Medidas Sócio-Educativas	13	7	20
Medidas de Proteção à Criança e Adolescente	17	5	22
Tutela	15	1	16
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>66</b>	<b>225</b>

Figura8 – Acervo Ativo com Prioridade

Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS + 100	CONCLUSOS	CONCLUSOS + 100
ACERVO COM PRIORIDADE	225	49	89	36

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Interdição	44	34	78
Processo de Apuração de Ato Infracional	14	5	19
Medidas de Proteção à Criança e Adolescente	16	1	17
Guarda	16	0	16
Execução de Medidas Sócio-Educativas	8	7	15
Tutela	9	3	12
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>40</b>	<b>149</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Figura9 – Processos Suspensos



4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	D.Extraídos	Inspeção
Total de processos distribuídos e redistribuídos	38	43
Total de processos julgados	74	
Total de processos baixados definitivamente doAcervo	29	

Figura10 – Processos Novos



4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	Quantidade	Inspeção
Decisões	80	80
Despachos	74	75
Sentenças com resolução de mérito	60	62
Sentenças sem resolução de mérito	21	21
Audiências realizadas	11	15

Figura11 – Produtividade da Magistrada





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU  
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

BENEVIDES 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS INTERJULGADOS
ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS	1				
ANUZIA DIAS DA COSTA	67	57	68		1
DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU	7	22	15		
LUIS AUGUSTO DA ENCARNAÇÃO MENNA BARRETO PEREIRA		1			
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>80</b>	<b>83</b>		<b>1</b>

MOVIMENTAÇÕES DO GABINETE

Selecione um período:  
30/08/2023 30/11/2023

Figura12 – Relatório de Audiências

BENEVIDES 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU  
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

TAXA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS  
125%

Data da audiência:  
30/08/2023 30/11/2023

Lista de processos movimentados pelo gabinete

Nº PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	DATA
08001796520228140097	1463	Boletim de Ocorrência Circunstanciada	10/10/2022
08001796520228140097	1463	Boletim de Ocorrência Circunstanciada	26/10/2022
08001796520228140097	1463	Boletim de Ocorrência Circunstanciada	14/11/2022
08000961520238140097	1420	Guarda	25/10/2022
08044141120238140301	1420	Guarda	15/09/2022

TIPO DE AUDIÊNCIA QUANTIDADE

AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	12
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	15
AUDIÊNCIAS REDESIGNADAS	4

AUDIÊNCIAS

Assinante  
Todos

#### 4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

A unidade publica a produtividade dos servidores.

##### ❖ Orientações e Recomendações da Corregedoria:

Foi reforçado a equipe sobre **aos benefícios de publicar os resultados alcançados no cumprimento das metas nacionais e também produtividade mensal dos servidores**, a fim de dar transparência aos jurisdicionados quanto aos processos movimentados e tarefas executadas.

**RECOMENDA-SE** que a produtividade dos servidores, extraída do Painel de Gestão de Atividades no PGJ, continue sendo afixada mensalmente no quadro de avisos do Fórum, com intuito de dar visibilidade aos advogados e jurisdicionados quanto aos serviços prestados.

#### 4.5. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação? Se sim, como a unidade realiza o controle?

A Unidade realiza o acompanhamento de processos paralisados apenas quando entram na lista do PP+100. Em consulta ao PGJ, em 25.11.2023, foram encontrados 80 processos paralisados há mais de 100 dias, desses 27 em secretaria.

##### Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Foi reforçado a equipe a necessidade da gestão dos processos paralisados, havendo orientação para que seja extraída a lista do Painel de Gestão Judiciária e o controle seja realizado por dois ou três servidores, que deverão atuar nos

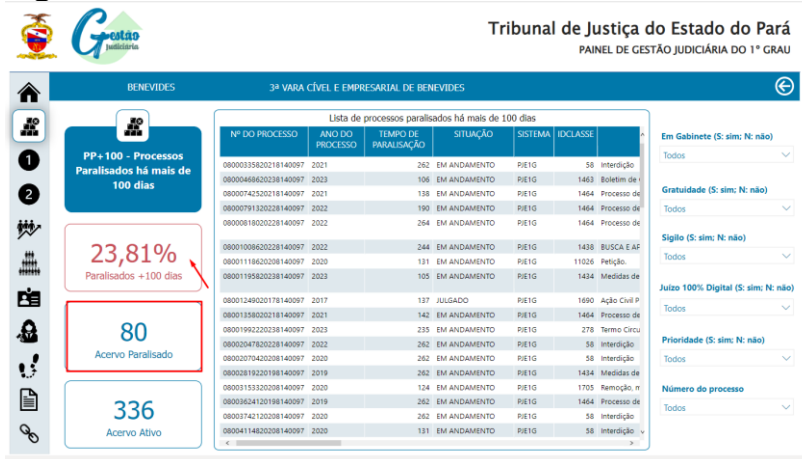


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

processos paralisados há 70/80 e 100 dias a fim de evitar a paralisação de novos processos;

- Além disso, **orienta-se realizar o gerenciamento da pauta de audiência** evitando o alongamento por vários meses seguintes, bem como evitar a expedição de mandados com audiência designada há mais de três meses, a fim de impedir que entrem nos processos paralisados há mais de 100 dias.

**Figura13 – Acervo Paralisado há mais de 100 dias**



**5. METAS NACIONAIS:**

**5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.**

O monitoramento das metas e acompanhamento dos índices é feito pela magistrada e a diretora de secretaria, por meio dos Peineis de Gestão. .

**Figura14 – Painel de metas Nacionais do CNJ-PNM**



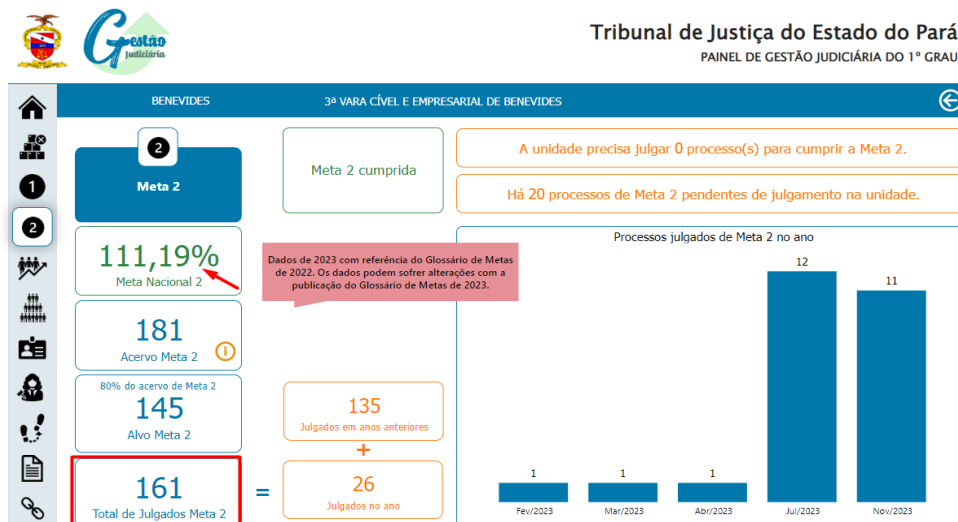
**5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)**

Nenhum



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Figura15 – Meta 2 – Painel de Gestão Judiciária



**5.3. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)**

Não há processos desta Unidade nessa situação.

**5.4. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)**

Foi informado que quando ocorre o prazo é de 05 dias.

**5.5. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?**

Esses julgamentos chegam no e-mail da unidade judicial, o qual é diariamente consultado.

**5.6. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)**

Nos últimos 6 meses, foram realizadas 03 audiências concentradas pelo acolhimento de crianças/adolescentes; para reavaliação de medidas socioeducativas, nenhuma foi realizada, pois é de competência da 3ª Vara da Infância e Juventude de Belém.

**5.7. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)**

A Unidade não possui competência sobre registros públicos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**5.8. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)**

A Unidade não possui competência sobre registros públicos.

**5.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)**

A Unidade não possui competência sobre registros públicos.

**5.10. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)**

A Unidade não possui competência sobre registros públicos.

## **6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:**

**6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:**

- a.  Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b.  Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c.  Movimentação processual;
- d.  Elaboração de minutas e revisão dos atos de Secretaria
- e.  Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f.  controle dos prazos e imediata certificação

**6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Por ocasião da inspeção foi identificado, por amostragem, os processos: **00012062920168140097, 08001208220198140097 e 08002073820198140097**, que estavam suspensos com o movimento incorreto, pois encontravam-se em tramitação sem a retirada do código de suspensão.

Ambém a Unidade registrou dificuldade de transferir processos pertencente a outra Vara, como também foi constatado pela CGJ outras dificuldade no manuseio da Pje.

**Observação, Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:**

- Orientou-se aos gestores que verifique a planilha de processos suspensos, disponível do Painel de Gestão Judiciária, a fim de consultá-los individualmente no PJE para verificar quais já se encontram em tramitação;
- Constatado o prosseguimento do feito, a **Secretaria deverá realizar o levantamento da suspensão utilizando os movimentos indicados na Nota Técnica do DPGE, anexa ao Ofício Circular 048/2022-CGJ, quais sejam: 1) movimentos específicos da hierarquia do código 14974 (Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento); 2) quando o magistrado determinar expressamente o levantamento da suspensão, com conseguinte cumprimento pela secretaria (Código 12066);**
  - Além disso orienta-se que seja realizada uma análise qualitativa nos processos do PJe da Tarefa "Processo suspenso", a fim de verificar se constam da lista de processos suspensos do PGJ; em caso negativo o processo deve ser conclusivo para que o **gabinete realize o cadastro do ato judicial com o código correto de suspensão no PJe (um dos movimentos da hierarquia 025 ou 11025;**

**Para Sanar as dificuldade com a correta operacionalização do Pje, foi administrado por uma técnica em informática da CGJ, um mini Workshop aos servidores da Unidade.**

- Orienta-se também para que os processos **suspensos, sobrestados e os arquivados provisoriamente** sejam encaminhados corretamente para as Tarefas correspondentes no Pje a fim de dá mais transparência e realizar o efetivo controle na localização desses processos;
- **A Corregedoria orientou sobre a importância de utilizar os movimentos corretos no ato judicial que determina a suspensão, a fim de que os processos não caiam nos paralisados há mais de cem dias; bem como no levantamento da suspensão, pois do contrário interfere na produtividade do magistrado e índices da unidade, uma vez que a sentença e baixa processual nos processos suspensos não contabilizam.**
- **Levantamento da suspensão, pois do contrário interfere na produtividade do magistrado e índices da unidade, uma vez que a sentença e baixa processual nos processos suspensos não contabilizam.**

**RECOMENDA-SE** a equipe:

- que a **decisão/despacho de suspensão/sobrestamento** seja cadastrada pelo gabinete utilizando um dos movimentos do código 025 (decisão) ou 11025 (despacho) da TPU.
- que o levantamento da suspensão seja realizado pela Secretaria da unidade, devendo utilizar os seguintes movimentos:
  - 1) 12066 – cumprimento de levantamento da suspensão (caso geral);



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2) 14974 – Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento (casos específicos).

Figura13 – Orientação do DPGE s/ Mov. p/Suspensão de Processos

MOVIMENTOS QUE SUSPENDEM OU SOBRESTAM O PROCESSO	
Decisões Interlocutórias	Despachos
<b>25 SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO</b> 272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente 276 Execução frustrada 275 Força maior 12098 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 11792 Livramento Condicional 268 Morte ou perda da capacidade 14971 Por Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade 14970 Por Controvérsia 12100 Por decisão do Presidente do STF - SIRDR 12099 Por decisão do Presidente do STJ - SIRDR 14972 Por Decisão do Presidente do TST - SIRDR 898 Por decisão judicial 14969 Por Grupo de Representativos 14968 Por Incidente de Assunção de Competência - IAC 14973 Por Recurso de Revista Repetitiva 12259 Prescrição Intercorrente (art. 921, § 4º, CPC) 11975 Recurso Especial repetitivo 265 Recurso Extraordinário com repercussão geral 263 Réu revel citado por edital 264 Suspensão Condicional do Processo	<b>11025 SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO</b> 11012 Conflito de Competência 11013 Convenção das Partes 11014 Convenção das Partes para Cumprimento Voluntário da obrigação 11016 Exceção da Verdade 11015 Exceção de Incompetência, suspeição ou Impedimento 11017 Incidente de Insanidade Mental 15009 Por Impedimento ou Suspeição 11018 Recebimento de Embargos à Execução

Figura14 – Orientação do DPGE s/Levantamento de Suspensão

MOVIMENTOS DE LEVANTAMENTO DE SUSPENSÃO E DESOBRESTAMENTO DO PROCESSO	
<b>Caso Geral</b>	
MOVIMENTO	12066 Cumprimento de Levantamento da Suspensão
<b>Casos Específicos</b>	
<b>14974 LEVANTAMENTO DA CAUSA SUSPENSIVA OU DE SOBRESTAMENTO</b>	
14982	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade - STF
14981	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Controvérsia
14977	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do STF - SIRDR
14978	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do STJ - SIRDR
14983	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do TST - SIRDR
14980	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Grupo de Representativos
14979	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Incidente de Assunção de Competência - IAC
14984	Suspensão/Sobrestamento Determinada por Recurso de Revista Repetitivo
14985	Suspensão/Sobrestamento por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
14976	Suspensão/Sobrestamento por Recurso Especial Repetitivo
14975	Suspensão/Sobrestamento por Recurso Extraordinário com Repercussão Geral

6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências).

Há apenas um processo com bem apreendido, o qual se encontra conclusos para julgamento (0801231-38.2018.814.0097), e o referido objeto está cadastrado no SNGB.

Figura16 – Print de tela do Sistema SNBA

O print de tela mostra a interface do Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O usuário logado é ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA. A interface contém uma barra de navegação com opções como 'Principal', 'Pesquisar', 'Relatórios' e 'Contato'. Abaixo, há uma seção de filtros para pesquisar bens, incluindo 'Tribunal de Justiça Estadual' (Tribunal de Justiça do Estado do Pará), 'Comarca' (BENEVIDES) e 'Varas e Juizados Estaduais' (3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES). Há também campos para 'Bem Apreendido' (Todos) e 'Destinação do Bem' (A Definir). Abaixo dos filtros, há botões para 'Pesquisar', 'Imprimir' e 'Imprimir Detalhado'. Na parte inferior, há uma tabela com uma única linha de resultados:

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	1	-	08012313820188140097

Na base da tabela, há uma barra de status indicando 'Número de registros: 1' e 'Página 1 de 1'.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer naturezas de comunicação?

A Diretora de Secretaria informou que a atualização é realizada entre 15 a 30 dias.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**  
**RECOMENDA-SE**

Atualização diária de dados cadastrais no Sistema Pje, tão logo o servidor tome ciência da alteração de dados por meio de peticionamento e/ou certidão do oficial de justiça.

Além disso, **antes do cumprimento de diligência ou prática de ato judicial** devem ser verificados e atualizados os dados cadastrais pela Secretaria e/ou Gabinete

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

A Unidade informou que não havia pendências na aba "Agrupadores". Porém, considerando os **últimos 15 dias** o número de notificações não lidas era de **29** e nos **últimos seis meses** de **296**.

Foi observado também o uso desordenado da aba "Etiqueta"



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

- Durante a inspeção, a Corregedoria orientou sobre a importância de fazer a leitura diária dos agrupadores para conhecimento e movimentação das petições, habilitações e documentos não lidos, verificação dos mandados devolvidos pelos oficiais de justiça, apreciação dos pedidos de assistência judiciária gratuita e análise de prevenção.
- Houve orientado, também, sobre a Aba “Etiqueta”, mostrando a importância e a necessidade da elaboração de um Glossário de Etiqueta a ser gerenciado por uma única pessoa, a fim de evitar etiquetas em duplicidade e desnecessárias.

**6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?**

Não é de competência desta unidade judicial.

**6.7. Como está sendo motivada no PJE a remessa de processos para o segundo grau?**

Em grau de recurso) para instância superior”.

❖ **Orientações da Corregedoria:**

- Foi reforçada a Unidade, que a remessa dos processos ao segundo grau seja feita “EM GRAU DE RECURSO” identificando-se a natureza deste. Porém, caso o processo seja baixado em diligência para unidade, deverá ser devolvido CUMPRIDO para não gerar duplicidade.

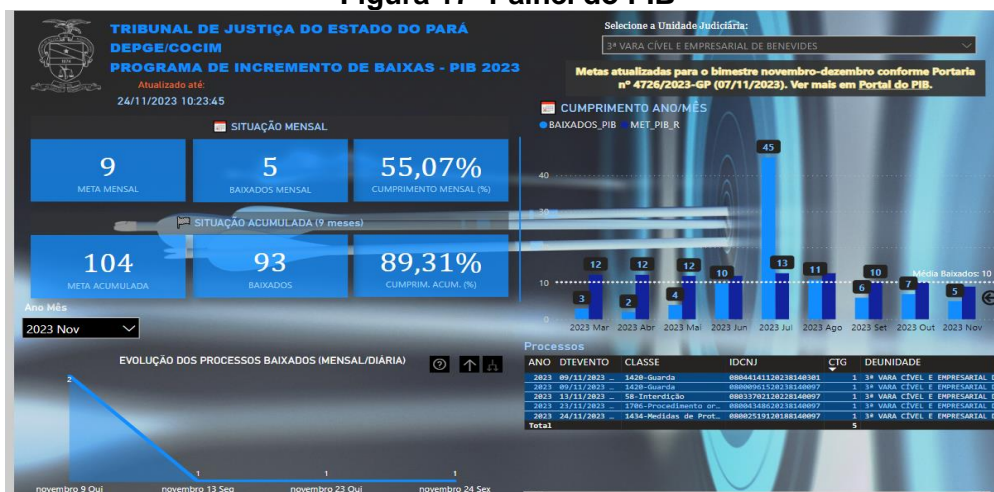
**6.8. Quantos processos migrados pela Nota Técnica 01/2022-SDV encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?**

Nenhum

**6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?**

07 processos, conforme figura abaixo:

**Figura 17- Painel do PIB**







PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?**

Haviam 13 processos, foi verificado que a Vara trabalha por ordem cronológica, verificou-se ainda, que o acompanhamento de processos paralisados é feito por meio do PGJ, porém sobre lista dos 100 dias.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

- Foi reforçada a importância na gestão dos processos paralisados, havendo orientação para que seja extraída a lista do Painel de Gestão Judiciária e o controle seja realizado por dois ou três servidores, que deverão atuar nos processos paralisados há 70/80 e 100 dias a fim de evitar a paralisação de novos processos;

Além disso, **orienta-se realizar o gerenciamento da pauta de audiência** evitando o alongamento por vários meses seguintes, bem como evitar a expedição de mandados com audiência designada há mais de três meses, a fim de impedir que entrem nos processos paralisados há mais de 100 dias.

- E, orientação sobre a gestão da pauta de audiências no PJe, com registro de imediato da realização ou não, para a correta estatística do Painel de Gestão Judiciário, pois a contagem de audiência é pelo mês do registro no sistema.

**Figura18 – Print de tela do Sistema PGJ**



**6.11. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”?** (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

O atendimento é feito regularmente de maneira presencial ou através de telefone, aplicativo *Whatsapp*, e-mail e balcão virtual, sempre por ordem de chegada e observando as prioridades.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

A equipe foi orientada, dentro do possível, a canalizar o atendimento ao público para o balcão virtual, e incentivar os advogados ao acompanhamento dos processos por meio do Sistema Pje.

**6.12. A Secretaria observa o disposto nos artigos 9 e 11 da Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022 (citações/intimações por meio eletrônico).**

Sim.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:**

**7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)**

A Vara adota modelos de citações/intimações, como exemplo apresentou o modelo abaixo:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BENEVIDES  
Rua João Fanjas, s/n, Centro, CEP 68795-000, Benevides/PA  
Telefones: (91) 3724-7731 | 98010-1045 | Email: 3civildenevides@tjpa.jus.br

**MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

Processo: 0801937-45.2023.8.14.0097  
Classe: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)  
Assunto: [Capacidade]  
REQUERENTE: DIANE DO SOCORRO FERREIRA MONTEIRO

Requerido(a)(s): Nome: **MARILDA FERREIRA MONTEIRO**  
Endereço: **Estrada do Genipauba, 01, Pau D'Arco, SANTA BÁRBARA DO PARÁ - PA - CEP: 68798-000**

A Exma. Dra. **Danielly Modesto de Lima Abreu**, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível desta Comarca, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc.

**MANDA** ao Oficial de Justiça deste Juízo, que em cumprimento ao presente mandado, indo devidamente assinado, extraído dos **Autos Cíveis em epígrafe**, dirija-se nesta Cidade e Comarca, aonde encontrar possa, e ai sendo, após as formalidades legais: **INTIME o(a) requerido em epígrafe** da decisão em anexo.

**CUMPRA**. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Benevides, Estado do Pará, em 28 de novembro de 2023. Eu, xxxx, Auxiliar Judiciário, digitei e segue subscrito pelo Diretor de Secretaria de acordo com os termos do art. 1º, §1º, IX, do Provimento n.º 006/2006, da Corregedoria-Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Carolina Amaral Vilhena Barbosa

Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível de Benevides-PA

❖ **Orientações e Recomendação da Corregedoria:**

**RECOMENDA-SE** a padronização de modelos dos mandados e demais documentos expedidos pela Secretaria (certidões, atos ordinatórios, etc) cadastrados no PJe com a utilização de variáveis a fim de dar celeridade a pratica dos atos de secretaria e evitar utilização de modelos diversos para o mesmo ato.

**7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.**

Não foi identificado mandado pendente de cumprimento.

**7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?**

A unidade respondeu que envia com antecedência de 30 dias.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?**

Não há.

**7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.**

A Unidade respondeu afirmativamente, citando o processo nº 0802083-86.2023.814.0097 que se encontra em elaboração do relatório do estudo social.

**8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:**

**8.1. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial, constava pleito das partes ou do Ministério Público.**

A Unidade respondeu afirmativamente, e informou que foram realizadas 04 audiências, na modalidade não presencial atendendo pedido de uma das partes.

**8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?**

Haviam 11 audiências pautadas. As audiências são realizadas de modo presencial e também de modo híbrido, sendo facultada às partes a opção pela realização do ato de forma remota, via plataforma *Microsoft Teams*, desde que manifestada com antecedência e que as partes forneçam, até à véspera do ato, as informações necessárias para viabilizar o seu ingresso na sala de audiências.

**8.3. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?**

O cadastramento de audiência é feito pela secretaria (Conciliação, Instrução e Julgamento, Interrogatório, Apresentação, Justificação, Oitiva de testemunhas).

**8.4. Para qual data está pautada a audiência mais distante?**

15/12/2023. A Unidade não realiza audiência concentrada.

**8.5. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?**

Haviam 36 Processos (Figura18)

**8.6. A publicação dos atos judiciais está sendo realizada pelo gabinete?**

A publicação é feita pela Secretaria.

**Orientações e recomendações da Corregedoria:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Foi discutido com a equipe, a vantagem de publicação dos atos judiciais pelo gabinete, pois a transferência para a secretaria implica em retrabalho e atraso no andamento do processo.
- Em relação ao meio de publicação, o magistrado deve escolher um único meio (DJEN ou Sistema), a fim de evitar conflitos de prazo.
- A orientação da Corregedoria-Geral de Justiça é de que a publicação seja realizada pelo gabinete, preferencialmente via sistema, uma vez que o prazo é menor (10 dias) e evita custos adicionais ao TJPA.
- Apenas no caso que não haver representante cadastrado para parte no PJe, é que a comunicação do ato deve ser realizada pela Secretaria por meio da Central de Mandados.

**8.7. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?**

Sim.

**8.8. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?**

Não.

**8.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?**

Foram baixados 07 processos em outubro e 07 em novembro (**Figura17**)

**8.10. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?**

Haviam 11 crianças/adolescente acolhidas na Casa de Acolhimento Lar ABA Pai e Lar Acolhedor Tia Socorro, conforme consulta ao sistema SNA (Sistema Nacional de Adoção da Unidade). Após a Inspeção, ainda em dezembro, o Espaço Lar ABA Pai recebeu mais 03 (três) criança/adolescentes oriundo de Santo Antônio do Tauá.

Em visita ao Serviço de Acolhimento **Lar ABA Pai** (30/11/2023), a Corregedoria-Geral de Justiça identificou as seguintes situações:

O espaço tem a capacidade de 25 acolhidos (SNA), estando na ocasião da Inspeção com 06 crianças/adolescente: De Benevides (02), Acará (02) e São Domingos do Capim (02);

O espaço é localizado em um imóvel com grandes áreas externa e conta com áreas de lazer (pequeno parque de infantil, piscina, além de pequena biblioteca e sala de TV).

Através do Projeto “Associação Projeto Visão Águia – Casa Lar ABA Pai, mantém convênio com os Municípios (Acará e São Domingo do Capim), para acolhimento de crianças/adolescentes. O Espaço recebe como apoio financeiros de outros Municípios, além da Prefeitura de Benevides, da seguinte forma:

- Acará tem duas vagas e disponibiliza dois educadores;
- São Domingos do Capim tem duas vagas e disponibiliza 01 (um) educador e um técnico de enfermagem;
- Santa Barbara disponibiliza 01 (um) psicólogo;
- Magalhaes Barata contribui com 02 (dois) salários mínimos para manter 02 (duas) vagas;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Marapanim contribui com 01 (um) salário mínimo para manter a 01 (uma) vaga;
- Benevides contribui com recursos financeiros para pagar aluguel, alimentação e a coordenadora.

O corpo funcional é composto de 01 coordenador, 01 assistente social, 01 psicóloga, 02 educadores, 01 técnica de enfermagem e conta ainda com a mãe social;

Foi relatado, que entre os acolhidos há 03 que necessitam de atendimento especial, inclusive com medicação controlada, mas que não há problema, pois, os acolhidos são atendidos pelo caps de Benevides e caspi de Ananindeua, e quando há necessidade de medicação específica o Ministério Público pleiteia judicialmente.

Foi encaminhado cópias de vários documentos de constituição e autorização para o funcionamento do espaço (Estatuto, Atas de alteração do estatuto e da última diretoria), Certidões Negativas, Certificado do Bombeiro, Certificado da CMDCA, comprovante de inscrição nos conselhos municipais (CNAS e CNEAS), Declaração de Funcionamento assinado pela SEMTEPS, relatório de 2023 e Balanço de 2023.

Com relação ao que Espaço de Acolhimento **Lar Tia Socorro** foi visitado em 01/12/2023, a Corregedoria-Geral de Justiça identificou as seguintes situações:

A Coordenadora explicou que o espaço foi preparado para acolhimento de crianças (0 a 12), porém atualmente acolhe 05 adolescentes de 13 a 16 anos, alguns acolhidos que continuaram após a idade máxima (12 anos) por não ter para onde ser encaminhadas;

O espaço fica em uma área distante do centro de Mosqueiro, em um imóvel com grande dimensão de área externa, sem segurança, sem veículo próprio e sem internet;

A ajuda financeira recebida do Município de Benevides é o pagamento de 01 Coordenadora e 01 Assistente Social, além dessas profissionais conta com um cozinheiro pago por uma empresa local;

Os alimentos são oriundos de doações de particulares, a limpeza do espaço é feita pela própria Coordenadora com ajuda dos acolhidos;

Os acolhidos não recebem visitas familiar, foi relatado que a única rotina de atividade desenvolvida no espaço é em finais de semana, quando recebem a visita de igrejas locais (católica e evangélica) que realizam atividades culturais, também recebem aula de matemática durante a semana de uma professora voluntária;

A coordenadora informou que o espaço tem aparelhos e equipamentos de ginastica/academia, porém não tem profissional da área e nem recursos para implementar um programa nesse sentido;

Apenas 02 acolhidos estão matriculados na rede de ensino, declaração de frequência anexa;

Não dispões de atendimento psicológico, relatado pela coordenadora que seria de suma importância, pois o Lar recebeu um acolhido transgênero que necessita de atendimento;

O Espaço recebeu a visita do Ministério Público em 25/11/2023 e a última visita do Juiz de Benevides foi em 2022.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Figura19 – Print de tela do Sistema SNA

Registro Acolhimento Institucional

Status do Registro - Registro de Serviço de Acolhimento Funcional

DADOS ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	DADOS DO RESPONSÁVEL	POPULAÇÃO ATENDIDA	LISTA DE CRIANÇAS ACOLHIDAS	HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO	HISTÓRICO DE EDUCAÇÃO	OCCORRÊNCIAS
Nome: [REDACTED]	Sexo: Femea	Idade: Femea	Nome: VASA UNICA DE ACABA			Tempo Acolhido: 4 meses(21 dias)
			Nome: VASA UNICA DE ACABA			Tempo Acolhido: 5 meses(18 dias)

Registro Acolhimento Institucional

Status do Registro - Registro de Serviço de Acolhimento Funcional

DADOS ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	DADOS DO RESPONSÁVEL	POPULAÇÃO ATENDIDA	LISTA DE CRIANÇAS ACOLHIDAS	HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO	HISTÓRICO DE EDUCAÇÃO	OCCORRÊNCIAS
Nome: [REDACTED]	Sexo: Femea	Idade: Femea	Nome: VASA UNICA DE SAO DOMINGOS DO CAPIM			Tempo Acolhido: 1 ano(5 meses) 23 dias
			Nome: VASA UNICA DE SAO DOMINGOS DO CAPIM			Tempo Acolhido: 10 meses(18 dias)

Registro Acolhimento Institucional

Status do Registro - Registro de Serviço de Acolhimento Funcional

DADOS ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	DADOS DO RESPONSÁVEL	POPULAÇÃO ATENDIDA	LISTA DE CRIANÇAS ACOLHIDAS	HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO	HISTÓRICO DE EDUCAÇÃO	OCCORRÊNCIAS
Nome: [REDACTED]	Sexo: Não informado	Idade: Femea	Nome: VASA UNICA DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ			Tempo Acolhido: 1 mês(16 dias)
			Nome: 3ª VASA CIVIL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES			Tempo Acolhido: 1 ano(5 meses) 23 dias
			Nome: VASA UNICA DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ			Tempo Acolhido: 1 mês(16 dias)
			Nome: VASA UNICA DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ			Tempo Acolhido: 1 ano(5 meses) 23 dias
			Nome: 3ª VASA CIVIL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES			Tempo Acolhido: 3 meses(4 dias) 15 dias
			Nome: 3ª VASA CIVIL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES			Tempo Acolhido: 1 ano(5 meses) 15 dias

Obs: O espaço de acolhimento recebi após a Inspeção (08/12/2023) mas três crianças/adolescente oriundo de Santo Antonio do Tauá, enviando a Guia de Acolhimento.

Acolhido do Lar Acolhedor Tia Socorro

Registro Acolhimento Institucional

Status do Registro - Registro de Serviço de Acolhimento Funcional

DADOS ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	DADOS DO RESPONSÁVEL	POPULAÇÃO ATENDIDA	LISTA DE CRIANÇAS ACOLHIDAS	HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO	HISTÓRICO DE EDUCAÇÃO	OCCORRÊNCIAS
Nome: [REDACTED]	Sexo: Não informado	Idade: Masculino	Nome: 3ª VASA CIVIL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES			Tempo Acolhido: 2 meses(21 dias)
			Nome: 3ª VASA CIVIL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES			Tempo Acolhido: 4 meses(1 mês) 23 dias
			Nome: 3ª VASA CIVIL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES			Tempo Acolhido: 4 meses(1 mês) 23 dias
			Nome: 3ª VASA CIVIL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES			Tempo Acolhido: 4 meses(1 mês) 23 dias

Obs: Por ocasião da Inspeção o espaço acolhia 05 adolescente, sendo que o adolescente de 15 anos C.E.D.M está sob sob Guarda/Tutela Definitiva desde 19/11/2023 e ainda permanencia no Espaço.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

## FOTOS DO ESPAÇO ACOLHEDOR LAR ABA PAI

Foto1- Entrada do Espaço



Foto2- Entrada do Prédio





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**Foto3- Area Do Lateral Do Prédio**



**Foto4- Área dos Fundos do Prédio**







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**Foto6- Dormitório**



**Foto7- Espaço Guarda de Medicamento**





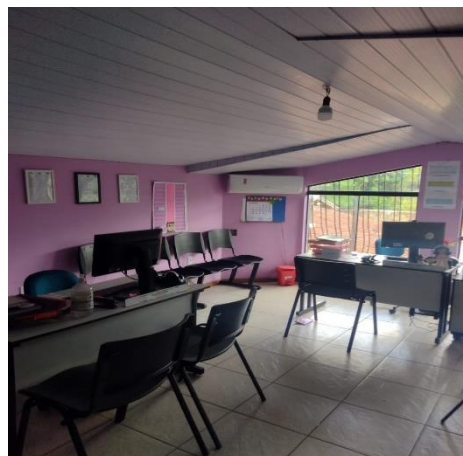
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Foto8- Cozinha**



**Foto9- Secretaria do Espaço**



**Foto10- Secretaria do Espaço**





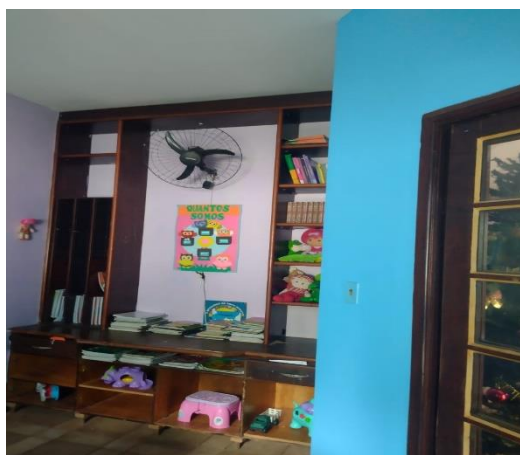
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
**Foto11- Mini Biblioteca/ Briquedoteca**



**Foto12- Mini Biblioteca/ Briquedoteca**



**Foto13- Mini Biblioteca/ Briquedoteca**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Foto13- Sala De Tv**



**Foto14- Espaço de Reunião**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

## **LAR ACOLHEDOR TIA SOCORRO**

**Foto1 – Frente Do Espaço**



**Foto2 – Frente do Espaço**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Foto3 – Area Lateral- Parque Infantil**



**Foto4 – Area Lateral- Parque Infantil**



**Foto5 – Area Lateral- Parque Infantil**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**Foto6 – Area Externa Lateral**



**Foto8 – Area Lateral Externa**



**Foto9 – Quadra Coberta**



**8.11. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.**

Haviam 08 Crianças/adolescentes.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A Unidade informou que a grande parte dos abandonos de crianças e adolescentes é causada pela exposição a situações de drogadição, alcoolismo, tráfico e abuso sexual. O número de pendências para solução imediata, assim como os processos paralisados de adoção e destituição familiar, deve-se à dificuldade que a Vara enfrentava, com a falta de profissionais no Setor Multidisciplinar (01) Assistente Social e a demora no MP, que ficou sem titular por vários anos. Ambos os casos estão sendo solucionados com a chegada de mais 01 Assistente.e o cargo de promotor titular foi preenchido. A equipe da Unidade também relata que, em muitos casos, é difícil encontrar os pais nos casos de destituição familiar, o que requer o apoio do Conselho Tutelar. Além disso, a Unidade tem procurado solucionar os casos de abandono adotando políticas públicas, como a Rede CREAS/SESocial/CETEPS/Conselho Tutelar e outros mecanismos disponíveis no Município/Estado. A equipe informou que tem mais apoio da rede municipal e que com o Estado, enfrenta certas dificuldades. O Juízo visita os Espaços de Acolhimento, mas não há Ata.

Nome	Idade	Órgão Julgador	Tempo Após Última Ocorrência	Situação
1 - Davi Mikael Pereira dos Santos	5 anos(7 meses) 21 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	4 ano(s) 2 mês(es) 11 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intitula/Personal)   Processo de Destituição Através: Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
2 - Fabrício de Oliveira Azevedo Aragão	1 ano(s) 3 mês(es) 6 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	1 ano(s) 2 mês(es) 7 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intitula/Personal)   Processo de Destituição Através: Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
3 - Felipe de Lima	10 ano(s) 9 mês(es) 5 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	2 ano(s) 1 mês(es) 17 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intitula/Personal)   Processo de Destituição Através: Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
4 - Helmesson Izael Rodrigues de Miranda	13 ano(s) 5 mês(es) 10 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	4 ano(s) 1 mês(es) 14 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intitula/Personal)   Processo de Destituição Através: Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
5 - JHENRPER DIVIANA DE FARAS DE SOUZA	14 ano(s) 5 mês(es) 10 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	1 ano(s) 4 mês(es) 15 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intitula/Personal)   Processo de Destituição Através: Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
6 - LUCAS VITOR PANTOUJA DA SILVA	13 ano(s) 9 mês(es) 8 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	2 mês(es) 29 dia(s)	Acolhido   Acolhimento Excedido 3 meses
7 - LUCAS VITORIA PANTOUJA DA SILVA	10 ano(s) 2 mês(es) 22 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	2 mês(es) 29 dia(s)	Acolhido   Manobrada/Emanicipado: Acolhimento Excedido 3 meses
8 - LUCIO PANTOUJA DA SILVA	16 ano(s) 3 mês(es) 25 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	2 mês(es) 29 dia(s)	Acolhido   Acolhimento Excedido 3 meses
9 - MARINA MESCOUTO DA CRUZ	10 ano(s) 8 mês(es) 4 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	2 mês(es) 29 dia(s)	Acolhido   Acolhimento Excedido 3 meses
10 - SAMIRA SILVA DA COSTA	5 ano(s) 1 mês(es) 11 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	1 ano(s) 4 mês(es) 8 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intitula/Personal)   Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
11 - THALLIA DOS ANJOS RODRIGUES	4 ano(s) 9 mês(es) 30 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	2 mês(es) 29 dia(s)	Acolhido   Processo de Destituição Através: Acolhimento Excedido 3 meses
12 - Thiago dos Anjos Rodrigues	7 ano(s) 7 mês(es) 21 dia(s)	3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	2 mês(es) 29 dia(s)	Acolhido   Processo de Destituição Através: Acolhimento Excedido 3 meses   Divergência Detectada   Deficiência Mental

**8.12. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.**

Haviam 02 Processos, Crianças acolhidas no espaço Lar Aba Pai. Os registros constantes do SNA referem-se aos seguintes processos:





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

7 - THALIA DOS ANJOS RODRIGUES	4 ano(s) 8 mês(es) 5 dia(s)	3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	1 mês(es) 5 dia(s)	Acolhido   Processo de Destituição Atrasado
8 - Thiago dos Anjos Rodrigues	7 ano(s) 5 mês(es) 27 dia(s)	3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	1 mês(es) 5 dia(s)	Acolhido   Processo de Destituição Atrasado   Doença Detectada   Deficiência Mental

❖ **Orientações e Recomendação da Corregedoria:**

**RECOMENDA-SE** que seja dado prioridade máxima na tramitação dos processos de destituição familiar a fim de que não extrapolem o prazo legal, devendo o magistrado fazer reuniões periódicas com a equipe técnica e rede de apoio no intuito de alinhar fluxos e buscar celeridade no andamento dos feitos dessa natureza.

**8.13. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.**

Haviam 06 Processos:

❖ **Orientações e Recomendação da Corregedoria:**

**RECOMENDA-SE** que seja dado prioridade máxima na tramitação dos processos de adoção a fim de que não extrapolem o prazo legal, devendo o magistrado fazer reuniões periódicas com a equipe técnica e rede de apoio no intuito de alinhar fluxos e buscar celeridade no andamento dos feitos dessa natureza.

Nome	Idade	Órgão Julgador	Tempo Após Última Ocorrência	Situação
1 - Davi Mikael Pereira dos Santos	5 ano(s) 5 mês(es) 27 dia(s)	3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	4 ano(s) 17 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intuitu Personae)   Processo de Destituição Atrasado, Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
2 - Fabricio de Oliveira Azevedo Aragão	1 ano(s) 1 mês(es) 12 dia(s)	3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	1 ano(s) 13 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intuitu Personae)   Processo de Destituição Atrasado, Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
3 - Felipe de Lima	10 ano(s) 7 mês(es) 11 dia(s)	3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	1 ano(s) 11 mês(es) 23 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intuitu Personae)   Processo de Destituição Atrasado, Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
4 - Hemerson Israel Rodrigues de Miranda	13 ano(s) 3 mês(es) 16 dia(s)	3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	3 ano(s) 11 mês(es) 20 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intuitu Personae)   Processo de Destituição Atrasado, Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
5 - JHENNIFER DIOVANA DE FARIAS DE SOUZA	14 ano(s) 3 mês(es) 24 dia(s)	3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	1 ano(s) 2 mês(es) 21 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intuitu Personae)   Processo de Destituição Atrasado, Adoção sem conclusão há mais de 240 dias
6 - SAMYA SILVA DA COSTA	4 ano(s) 11 mês(es) 17 dia(s)	3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES	1 ano(s) 2 mês(es) 14 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intuitu Personae)   Adoção sem conclusão há mais de 240 dias

**8.14. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?**

Não houve resposta da Unidade.

❖ **Orientações e Recomendação da Corregedoria:**

**RECOMENDA-SE** que antes de realizar a busca ativa no SNA, e após esgotadas as buscas de pretendentes nos âmbitos municipal, estadual e nacional, seja expedida comunicação à CEJAI para busca de pretendentes internacionais. Resolução 114/2022 do CNJ (art. 3º, §1º).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**8.15. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.**

Não havia.

**8.16. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?**

Haviam 49 processos. Foi verificado que a Vara trabalha por ordem cronológica, verificou-se ainda que o acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação, é diário, porém sobre lista dos 100 dias.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

Durante a inspeção, foi reforçada a importância na gestão dos processos paralisados, com orientação para que seja extraída a lista do Painel de Gestão Judiciária e seja realizado controle por ao menos dois servidores para atuar nos processos paralisados há 70/80 e 100 dias a fim de evitar a paralisação de novos processos;

**Além disso, orienta-se realizar o gerenciamento da pauta de audiência** evitando o alongamento por vários meses seguintes, bem como evitar a expedição de mandados com audiência designada há mais de três meses, a fim de impedir que entrem nos processos paralisados há mais de 100 dias.

**9. CORREIÇÃO ANUAL:**

**9.3. Data da última Correição Ordinária realizada pelo(a) magistrado(a) na Unidade Judicial. Identifique o processo realizada pela Corregedoria na Unidade Judicial.**

1º a 03 de fevereiro de 2023.

**9.4. Existem registros de recomendações/determinações na correição ordinária anterior? Quais?**

A Unidade relatou que existe recomendações / determinações em **fase de cumprimento a serem concluídas até 15/02/2024.**

**SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA**  
Juíza Auxiliar da Corregedoria

**ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA**  
Técnica da CGJ- Mat. 24970



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**FOTOS DO PRÉDIO DO FÓRUM**

**Foto3- Sala de Espera**



**Foto4- Sala do Setor Social**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**Foto5- Copa**



**Foto6- Estacionamento do prédio**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**Foto7- Fundo do Prédio**

